



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
REITORIA

JUSTIFICATIVA PARA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo: 23600.000902/2019-09

Objeto: Aquisição de detector de metais para utilização em concursos públicos do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSERTÃOPE

Pregão Eletrônico SRP nº: 037/2018

Órgão Gerenciador: Ministério da Defesa – Comando do Exército – Comando Militar do Sul – 5ª Divisão de Exército (UASG:160413)

Trata-se da **Aquisição de detector de metais para utilização em concursos públicos do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSERTÃOPE.**

Justifica-se a necessidade de aquisição de 20 (vinte) detectores de metais para utilização em concursos públicos da instituição.

Atualmente está prevista a realização de dois certames no mês de agosto de 2019, a aquisição de aparelhos de detecção de metal auxilia na identificação de eventuais fraudes garantindo, assim, a lisura do processo.

Contudo, considerando a autonomia dada pelos Decretos 7311/12 e 7312/12 que permitem a instituição, na existência de vagas, organizar seus próprios concursos públicos, percebe-se necessidade de aquisição de aparelhos que serão utilizados durante a realização de tais processos.

A demanda de aquisição de vinte aparelhos está baseada na estimativa de inscritos em certames anteriores (cerca de quatro mil inscritos, por certame), e disposição de fiscais em entradas e direcionamentos para banheiros.

Analisando a solicitação do bem descrito no **Termo de Referência fls. a _____**, constatamos que eles têm padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado. Por isso mesmo, em face dessas características substanciais, **DECLARO** que os produtos especificados são **COMUNS**, na finalidade do art. 1º, Parágrafo Único da Lei Federal Nº 10.520/2002 c/c arts. 1º e 2º, §1º do Decreto Nº 5.450/2005.

Em decorrência do levantamento efetuado através das **cotações** elencadas nas **fls. _____ a _____**, a modalidade licitatória indicada **seria** o Pregão Eletrônico, com fulcro nos arts. 1º e 2º, §1º do Decreto Nº 5.450/2005. Mas a Administração tem que zelar pelos gastos e utilizar as prerrogativas legais, assim sendo, deve sempre buscar mecanismos que possam contribuir para evitar fracionamento de despesas e a luz dos princípios basilares do processo licitatório adquirir materiais e/ou serviços de maneira econômica e vantajosa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
REITORIA

Desta forma, ao observarmos a **Planilha de Preço Médio fls. _____**, compararmos com o preço total apresentado na **Solicitação dos bens fls. _____** constatamos que é mais vantajoso e economicamente para a Administração Pública adquirir os serviços ofertados na ata, já que o valor pesquisado no mercado é superior ao das atas encontradas e autorizadas. O valor pesquisado no mercado, conforme Planilha de Preço Médio, foi de **R\$ 2.895,40 (dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos)** enquanto o valor dos itens solicitados nas Atas de Registro de Preços é de **R\$ 2.291,40 (Dois mil duzentos e noventa e um reais e quarenta centavos).**

O Sistema de Registro de Preços apresenta uma série de vantagens, como diminuição do número de licitações, já que elas tem um custo para realização (principalmente de publicação de avisos), melhor organização, otimização das estratégias de suprimento, facilitação na execução e celeridade na contratação, encontrando respaldo em jurisprudências do Tribunal de Contas da União – TCU:

*“Acórdão TCU nº 653/2003 – Primeira Câmara
Com intuito de evitar o fracionamento de despesas, deve ser utilizado, na aquisição de bens, o sistema de registro de preços.”*

Em atendimento ao art. 22º do Decreto 7.892/2013, solicitamos **Autorização ao órgão gerenciador da ARP fls. _____ a _____ para adesão** ao certame na qualidade de **carona**, o qual foi aceito como consta nos autos **fls. _____ o Relatório do Sistema de Gestão de Atas**. Também foi encaminhado à(s) empresa(s) vencedora(s) do certame solicitações para que elas se manifestasse em relação a anuência da ata e nos enviasse caso a mesma tivesse interesse em nos fornecer o produto nas mesmas condições apresentadas na licitação **Pregão Eletrônico - SRP nº 037/2018(UASG: 160413)**. Em resposta a solicitação do IF Sertão PE Reitoria acostou-se o **ACEITE** aos autos as fls. _____ da Empresa **TESOURO DOS AZULEJOS E SUPRIMENTOS EIRELI, CNPJ: 69.194.934/0001-08** com a entrega do produto no local indicado na nota de empenho e o compromisso de que serão entregues nas mesmas condições previstas no Edital.

Nos autos do Processo constam ainda **às fls. _____ a _____** a consulta ao **SICAF – (Sistema de Cadastramento dos Fornecedores) e as certidões negativas da empresa feitas junto ao Tribunal de Contas da União -TCU; Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Portal da Transparência.**

Com o advento do já revogado Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, criou-se a possibilidade de aproveitamento de Atas constantes do SRP – Sistema de Registro de Preços – por outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, não participantes do processo licitatório, desde que a com anuência da entidade que elaborou a licitação (gerenciador). No entanto, não ficou diferente com a chegada do Decreto Federal nº 7.892/2013 que também possibilita que a ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal nas mesmas condições antes previstas no Decreto revogado nº 3.931/2001.

Para convalidação dos atos de utilização de Atas de Registro por outro órgão ou unidade da Administração Pública, faz-se necessária a observância às seguintes restrições:

1. Da comprovação da vantagem:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
REITORIA

O artigo 22º do Decreto Federal nº 7.892/2013:

“Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador”.

A forma adequada de comprovação da referida vantagem é atingida através de ampla pesquisa de mercado e comprovação dos preços serem compatíveis com o mercado conforme preceitua a Lei nº 8.666/93.

- Citamos o Professor Hely Lopes Meirelles:
“Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos”.

2. Da possibilidade de aproveitamento da Ata:

A possibilidade de aproveitamento da Ata por outro órgão, entidade ou unidade da Administração Pública deverá estar prevista no ato convocatório elaborado pela unidade gerenciadora.

3. Dos quantitativos:

A utilização da Ata de Registro de Preços não poderá exceder a 50% dos quantitativos registrados.

4. Das regras:

Deverá o não participante, obedecer às regras de pagamento que o órgão gerenciador colocou no edital.

5. Da formalização:

A formalização da relação entre o gerenciador e não participante deverá ser efetuada através de um instrumento jurídico nas seguintes situações:

- De ato de colaboração;
- De convênio;
- **Existência de parecer técnico-jurídico convalidando o ato.**

6. Das condições intrínsecas:

- a) Condução do processamento de adesão pelo setor de compras;
- b) Verificação de adequação da demanda às especificações constantes do edital e do respectivo termo de referência a que está atrelada a ata;
- c) Anuência do órgão gerenciador;
- d) Comprovação da vantagem na adesão da Ata de Registro de Preços;
- e) Indicação pelo órgão gerenciador dos possíveis fornecedores e respectivos preços;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
REITORIA

- f) Cópias do edital, da respectiva ata de registro de preços e dos atos de adjudicação e homologação;
- g) Demonstração de ausência de prejuízo à contratação original;
- h) Existência de saldo no quantitativo registrado na Ata.
- i) Vigência da Ata de Preços;
- j) Existência de recursos orçamentários para atender as demandas;
- k) Minuta de contrato elaborada nos termos do edital e da ata de preços ou outro documento que o substitua;
- l) Assentimento do fornecedor da contratação;
- m) Prova de regularidades relativas à Seguridade Social (CND) e FGTS para com a Secretaria de Receita Federal e Fazenda Estadual e Municipal;

7. Das limitações:

O art. 22º do Decreto Federal nº 7.892/2013 c/c o art. 6º, XII, da Lei nº 8.666/93, limita à abrangência da Ata de Registro de Preços.

O instituto do Sistema de Registro de Preços foi criado com o objetivo de modernizar, reduzir custos, dar transparência e viabilizar tempestivamente os processos de compras na administração pública, porém, sua correta depende de ações vinculadas aos princípios éticos balizadores dos atos pugnados aos agentes públicos.

Por intermédio do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterada a regulamentação do Sistema de Registro de Preços e instruída no país a possibilidade de a proposta mais vantajosa numa licitação ser aproveitada por outros órgãos e entidades. Esse procedimento, sob a denominação de **carona**, que traduz em linguagem coloquial a ideia de aproveitar o percurso que alguém está desenvolvendo para concluir o próprio trajeto, sem custos.

O mesmo diploma legal, que acolheu a melhor doutrina, passou a admitir que a Ata de Registro de Preços seja amplamente utilizada por outros órgãos, maximizando o esforço das unidades administrativas que implantaram o Sistema de Registro de Preços.

Para tanto, pode-se classificar os usuários da Ata de Registro de Preços em dois grupos:

– **órgãos participantes**: são aqueles que, no momento da convocação do órgão gerenciador, comparecem e participam da implantação do SRP, informando os objetos pretendidos, qualidade e quantidade. Sua atuação é prevista no art. 2º, inc. IV, do Decreto nº 7.892/2013; e

– **órgãos não participantes (caronas)**: são aqueles que, não tendo participado na época oportuna, informando suas estimativas de consumo, requererem, posteriormente, ao órgão gerenciador, o uso da Ata de Registro de Preços.

A natureza jurídica do procedimento carona é a extensão da proposta mais vantajosa a todos os que necessitam de objetos semelhantes, em quantidades iguais ou menores do que o máximo registrado.

O **carona** no processo de licitação é um órgão que antes de proceder à contratação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
REITORIA

direta sem licitação ou a licitação verifica já possuir, em outro órgão público, da mesma esfera, o produto desejado em condições de vantagens de oferta sobre o mercado já comprovadas. Permite-se ao **carona** que diante da prévia licitação do objeto semelhante por outros órgãos, com acatamento das mesmas regras que aplicaria em seu procedimento, reduzir os custos operacionais de uma ação seletiva.

É precisamente nesse ponto que são olvidados pressupostos fundamentais da licitação enquanto processo: a finalidade não é servir aos licitantes, mas ao interesse público; a observância da isonomia não é para distribuir demandas uniformemente entre os fornecedores, mas para ampliar a competição visando a busca de proposta mais vantajosa.

Uma das vigas mestras da possibilidade de ser **carona** em outro processo licitatório é o dever do órgão interessado em demonstrar a vantagem da adesão sobre o sistema convencional, logo, aderir como **carona** implica necessariamente em uma vantagem ainda superior a um novo processo, que se confirmaria por pesquisa e pode até mesmo ser considerada, quando em igualdade de condições entre o preço registrado e o de mercado, pelo custo indireto da licitação.

Os fundamentos de lógica que sustentam a validade da figura do **carona** consistem na desnecessidade de repetição de um processo oneroso, lento e desgastante quando já alcançada à proposta mais vantajosa, sendo que o órgão gerenciador tem informações adequadas sobre o desempenho do contratado na execução.

É importante não perder de vista que a licitação é um procedimento prévio a um contrato e quanto menos tempo e custo consumir mais eficiente é o processo.

Justificamos a adesão a Licitação ao **Pregão Eletrônico nº 037/2018 – Ministério da Defesa – Comando do Exército – Comando Militar do Sul – 5ª Divisão de Exército (UASG:160413)**, pois é cristalina a demonstração no bojo processual da similaridade com o objeto pretendido pela Reitoria do IF Sertão-PE, como também se configura colacionados aos autos uma pesquisa de preço com mais de três empresas, que se analisarmos do ponto de vista estatístico seja analisando a moda, mediana, menor valor, etc. verificaremos que os preços dispostos na referida ata compõe a melhor opção.

Ressaltamos que foram acostados aos autos, aquiescência do órgão gerenciador, bem como do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, a saber, a Empresa **Tesouro dos Azulejos e Suprimentos EIRELI, CNPJ: 69.194.934/0001-08**, conforme preceitua o art. 6º do Decreto nº 7.892/2013 (Acórdão nº 555/2007 – TCU 1ª Câmara, subitem 2.3.2).

Ainda, obedecemos à Orientação Normativa da AGU:

Orientação Normativa/AGU nº 21, de 01.04.2009 (D.O.U de 07.04.2009, S. 1, P.15) - “ É vedada aos órgãos públicos federais a adesão à Ata de Registro de Preços, quando a licitação tiver sido realizada pela Administração Pública Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
REITORIA

Ainda, Obedecemos ao Acórdão 1793/2011 – TCU – PLENÁRIO, que diz:

- b) A respeitarem os limites previstos no ART. 8º, CAPUT e parágrafo 3º.*
- c) Quando se tratar de contratação mediante Adesão a ata de registro preços, a realizarem ampla pesquisa de mercado, visando caracterizar sua vantajosidade sob os aspectos técnicos, econômicos e temporais, sem prejuízo de outras etapas do planejamento, conforme previsto no ART. 15, parágrafo primeiro, da Lei Federal 8.666/93 C/C os Arts. 3º e 8º, caput, do Decreto Federal nº 3.931/2001 e no item 9.2.2 do Acórdão nº 2.764/2010 TCU – PLENÁRIO.*

Ao evitar o fracionamento, atende também a várias deliberações do Tribunal de Contas da União. Vide Acórdão TCU nº 668/2005 – Plenário; Acórdão TCU nº 653/2003 – Primeira Câmara e Decisão TCU nº 472/1999 – Plenário.

Portanto, demonstramos nos autos que a Reitoria do IF Sertão PE comprovou a similaridade e economicidade, e escolheu a proposta mais vantajosa para administração, cumprindo os ditames legais que norteiam as licitações e os contratos administrativos.

Contudo, os autos não serão remetidos a Procuradoria Federal – IF SERTÃO PE para análise e parecer jurídico, pois já existe um entendimento no PARECER n. 007/2018/CPLC/PGF/AGU da não obrigatoriedade a prévia análise jurídica dos processos administrativos de adesão à ata de registro de preços por parte das Procuradorias Federais Especializadas junto às autarquias e fundações públicas federais, em razão do art. 9º, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013;

Petrolina-PE, 09 de julho de 2019

Gerson de Alencar Lima
Diretor de Licitações
Reitoria/IF Sertão - PE